



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÉ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 17 - Nº 313 - DE 13 a 27 DE FEVEREIRO DE 2006 - R\$ 1,50

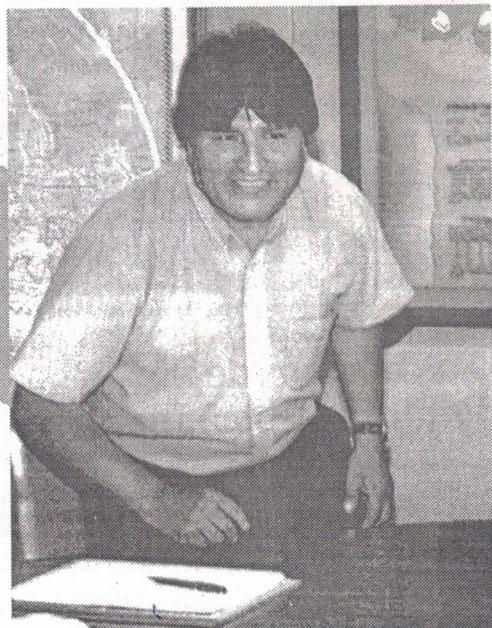
**Não ao salário mínimo de fome do governo do PT/Lula!!**

**Em defesa de um salário mínimo vital,  
suficiente para a família trabalhadora!  
Que as assembleias sindicais discutam e votem por ele  
e por uma campanha nacional de luta!**

**O significado político da vitória  
do Hamas na Palestina**



**Congresso Nacional  
do POR boliviano:  
Evo é um traidor  
dos camponeses;  
As massas se levantarão  
e o expulsarão.**



## Denúncias

### Unidade sindical e independência política

A maioria explorada enfrenta o desemprego, a miséria salarial e a precarização das condições de trabalho. Os dados oficiais indicam que o Brasil conta com 81,1 milhões de assalariados. Porém, somente 33 milhões possuem carteira assinada. São mais de 20 milhões sem vínculo empregatício. O desemprego, segundo essas estatísticas, está por volta de 9 milhões. Portanto, muito abaixo do que é real. Boa parte dos desempregados já não é considerada na pesquisa oficial, porque está há muitos anos fora do mercado de trabalho. A política governamental em torno de geração de empregos e os números positivos apresentados são um acinte diante da dura realidade vivida pelas famílias dos bairros operários e favelas das metrópoles.

Por outro lado, os sindicatos se proliferam. Quase a metade dos sindicatos de trabalhadores está filiada a uma das Centrais. A CUT possui 1340; a Força Sindical, 536 e as outras centrais (CGT, SDS, CAT, CGTB), 308. Os trabalhadores estão divididos de acordo com a política das burocracias sindicais. Conforme o governo, uma ou outra Central comparece com o apoio direto. Na época de FHC, a Força Sindical era governista. Na época de Lula, a CUT é esteio do governo. As demais Centrais oscilam de acordo com o partido que está no poder. Todas têm em comum a sustentação do sistema de exploração do trabalho. Do reformismo ao direitismo, a burocracia das Centrais sobrevive às custas da política estatal.

O governo do PT/Lula pretendia por meio da Reforma Sindical - acordo da burocracia com os patrões - dar expressão legal às Centrais para que estas pudessem eliminar o pouco de autonomia que existe nos sindicatos, controlar a enorme massa de dinheiro e facilitar os acordos de flexibilização com a patronal. Em nome da eliminação do imposto sindical - que arranca dos bolsos dos trabalhadores com carteira assinada a fábula de 916,9 milhões de reais, equivalente a um dia de salário de cada um - e da grande quantidade de sindicatos de fachada, a reforma sindical seria imposta para legitimar a traição da burocracia sindical. De pronto, as Centrais aceitaram a reforma que retirava o imposto sindical de forma gradativa mas criava as taxas negociais, que enchem os cofres da burocracia. A reforma sindical foi colocada de lado em função da crise política que tomou conta do governo Lula, porém há um conjunto de medidas em favor da reforma que deve ser votado.

Na verdade, a essência da reforma é a eliminação de direitos trabalhistas. Para isso, o Ministério do Trabalho, que é dirigido pelo ex-presidente da CUT Luiz Marinho, prepara um projeto de lei que cria um "Conselho Nacional de Relações de Trabalho", composto pela burocracia sindical, governo e patrões, que tem por objetivo estabelecer acordos de flexibilização das relações trabalhistas e distribuir o dinheiro das tais negociações coletivas. Está aí a essência da reforma, que é o de dar poderes às Centrais para negociar por cima dos sindicatos e partilhar o dinheiro das taxas negociais. A ação desse Conselho Nacional é o de ampliar a conciliação de classe. Por essa via, quem perde são os trabalhadores.

Num país de desempregados, de milhões de jovens sem trabalho, de outros milhões sem carteira e onde a informalidade é violenta, as direções sindicais estão cada vez mais corrompidas.

No ano passado, 916,9 milhões de reais foram arrancados dos salários dos trabalhadores e transferidos para os sindicatos (60%), confederações (5%), federações (15%) e Ministério do Trabalho (20%). Sem contar com as taxas confederativa e assistencial.

Essa fábula de dinheiro sedimentou uma casta de dirigentes sindicais que nada têm a ver com as reais necessidades dos trabalhadores. Não por acaso, os organismos sindicais passaram a ser trampolim eleitoral e fonte de riqueza para a burocracia.

Por outro lado, os sindicatos são a primeira escola política de resistência contra a exploração capitalista. Permitem aglutinar e agir coletivamente em defesa da força de trabalho. Quem divide os trabalhadores são os burocratas, os patrões e o governo.

A dependência política e organizativa dos sindicatos frente ao Estado e à classe dominante não é um fato recente. As leis do Estado ditam a estrutura sindical, partilham o imposto, intervem nas greves, estipulam multas e outros meios para disciplinarem os organismos dos trabalhadores à ordem capitalista. A estatização dos sindicatos e a formação da burocracia sindical se ampliam conforme a crise capitalista se agudiza.

A unidade dos assalariados é fundamental para a conquista das reivindicações. A enorme quantidade de sindicatos dirigidos por burocratas só fortalece a burguesia. A unidade sindical e a unificação das lutas potencializam a força coletiva dos assalariados. Para isso, é preciso construir as frações revolucionárias nos sindicatos/Centrais, que têm como ponto de partida a defesa das reivindicações vitais e do método da ação direta. É na luta pelas reivindicações que os explorados desmascararão esses dirigentes vendidos e farão dos sindicatos auxiliares da luta contra a exploração do trabalho.

### Construir o Partido Revolucionário

A luta pela unidade sindical, independência política e organizativa dos sindicatos/centrais depende de direções revolucionárias, inseridas na luta de classe. Essas direções expressam o programa da transformação social. Ou seja, encarnam a estratégia da revolução e ditadura proletárias. Instintivamente os trabalhadores vão à luta contra o capital, mas só ganham consciência de classe se estiverem sob a direção do partido.

O sindicalismo, por mais radical que seja, não pode dar um passo além de seu propósito que é o da defesa da força de trabalho. Porém, os sindicatos são fundamentais como instrumentos auxiliares no combate ao sistema capitalista se se estiverem sob a política do partido revolucionário. Por isso, ganhar a influência nos sindicatos, controlados pela burocracia, é uma tarefa essencial.

Qualquer tentativa subjetiva (de vontade de correntes políticas) de dividir os trabalhadores, de criar nova Central, nada tem a ver com as necessidades das massas, que estão sob a influência da burocracia. Não há no Brasil nenhum movimento de massa que expressa a cisão das Centrais.

A tarefa que se coloca é a de organizar pela base a classe operária pela expulsão da burocracia sindical e implantação da democracia sindical. A independência dos organismos de massa será conquistada a partir da ação direta das massas contra o capitalismo, mas só poderá ser mantida pela direção do partido revolucionário.

## Estados Unidos ditam as relações comerciais

O governo do PT/Lula pretendia estabelecer uma política econômica que possibilitasse barganhar com os Estados Unidos em condições mais favoráveis. Para isso, correu atrás de países africanos, asiáticos e procurou fortalecer o Mercosul. Falava em “normas justas e transparentes” que regulamentassem as relações comerciais. Mercosul e o G20 teriam de ser potencializados para que houvesse um desfecho positivo sobre os subsídios agrícolas, antidumping, investimentos e outros assuntos considerados polêmicos com os países imperialistas. Dizia que a Alca (imposição norte-americana) não poderia ser negociada com “bravatas nacionalistas” e nem com “dogmas neoliberais”. Ao mesmo tempo, pregava que o interesse do Brasil era o de ampliar os negócios com a maior potência. Portanto, um parlavreado e um conjunto de medidas que não conflitassem com os Estados Unidos.

O fracasso da política do PT em pouco tempo se evidenciou. Os países semicoloniais, como o Brasil, dependem de exportações agrícolas. As regras comerciais não foram alteradas. As ações protecionistas continuaram sendo praticadas pelos Estados Unidos e países europeus. Dois exemplos: o suco de laranja brasileiro, em 1992, respondia por 90% do total desta importação norte-americana; porém perdeu em função de sobretaxas; e a redução da exportação do açúcar para menos de 15% da quantidade que era exportada em 1982. Outro aspecto: os Estados Unidos mantêm tarifas altíssimas para produtos como os têxteis e calçados. Isso porque a potência americana possui 35 produtos que têm tarifas entre 70% e 350%, enquanto que o Brasil, em função de acordos comerciais, não pode determinar tarifas maiores que 35% para produtos industriais e 55% para os agrícolas.

Os Estados Unidos determinaram, no mês de janeiro, a sobretaxa ao suco de laranja para atender a seus produtores da Flórida, medida que os exportadores brasileiros calculam que leve a uma perda de 11%. Estão aí exemplos que evidenciam a continuidade da submissão do Brasil à normas estabelecidas pelos Estados Unidos.

Na realidade, o controle da economia mundial pelas potências impõem aos países atrasados a condição de semicolônia do imperialismo. O fato dos Estados Unidos possuírem 31% do PIB mundial e deterem 25% das exportações brasileiras indica o poder dessa economia sobre o país e o governo.

Não há possibilidade de nenhum governo burguês quebrar o protecionismo imposto pelas potências. A guerra comercial recai sobre as nações mais débeis. Quem paga são os assalariados e demais explorados que morrem de trabalhar, suportam o desemprego e são empurrados para a miséria.

A classe operária deve empunhar a bandeira de soberania do país frente ao poder do imperialismo. A tarefa de emancipação é parte da revolução proletária e transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva.

## Irã sob a mira do imperialismo

O governo norte-americano, que busca controle absoluto sobre a produção mundial de petróleo, manipula a ONU para que chantageie o Irã, proibindo-o de fabricar bombas nucleares. Nem mesmo construir duas usinas nucleares pode sem autorização do imperialismo. O clube fechado dos fabricantes de armas nucleares proíbe todos os demais países a decidirem se querem ou não tê-las. E usam a proibição como pretexto para submeter política e economicamente os demais.

Está claro que o imperialismo pretende usar a chantagem nuclear para submeter o governo nacionalista instalado no país, que tem atacado os EUA e seu enclave no Oriente Médio, Israel.

A vitória do imperialismo em submeter cada país é derrota de todos os demais que pretendam se levantar contra suas imposições. Defender a autodeterminação das nacionalidades implica o direito de decidir sem ingerência externa sobre a fabricação de armas nucleares. Os estudantes têm se de colocar ao lado dos países oprimidos contra os opressores. Pela liberdade do Irã e todos os demais países de decidirem seus destinos!

## Navio afunda no Egito e mata centenas de trabalhadores

O naufrágio do navio Al Salam 98 no Mar Vermelho levou milhares de familiares das vítimas a protestarem contra a empresa e o governo. A maioria dos passageiros do navio afundado é de trabalhadores egípcios, que têm de atravessar o Mar Vermelho em busca de emprego no país vizinho, a rica Arábia Saudita, principal aliado dos EUA na região. São obrigados a utilizar esse tipo de embarcação precária (o navio tinha mais de 30 anos e tinha sido modificado para transporte de carga na sua parte inferior, o que facilitou o naufrágio).

A empresa e as autoridades sequer permitiram o reconhecimento dos corpos de forma decente: juntavam as pessoas num pavilhão e exigiam o reconhecimento por imagens num telão instalado.

O governo ofereceu uma “indenização” de 5 mil dólares às vítimas. Os protestos dos familiares chegaram ao ponto de atear fogo na companhia, que já tinha em seu histórico outros naufrágios. A polícia rapidamente agiu para preservar o patrimônio do capitalista, atacando as massas enfurecidas.

O capitalismo decadente só oferece aos trabalhadores mais miséria e opressão. Ou são superexplorados, submetidos a condições de trabalho e salários terríveis, ou alimentam o exército de desempregados. É por isso que é preciso a revolução proletária, que ponha fim à opressão social e nacional.



**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.**

**Discuta nosso programa.**

**CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO**

## Combater a fome – salário mínimo vital

### Salário mínimo de fome do governo Lula

Em janeiro, o governo Lula / PT, com a concordância dos burocratas vendidos da direção da CUT e Força Sindical, estabeleceu um salário mínimo para 2006 de R\$ 350,00. Não cumpriu nem com a sua promessa de campanha de dobrar o mínimo, que iria para R\$ 520,00. Com esse salário miserável, o trabalhador não poderá arcar nem com as despesas de alimentação básica que, segundo o Dieese, deveria ser de R\$ 573,90 mensais (cesta básica para uma família de 4 pessoas).

Como se vê, o governo do Partido dos Trabalhadores defende os interesses dos exploradores contra a grande maioria explorada. Reclama dos gastos que teria com um aumento maior do valor do salário mínimo enquanto solta dinheiro para os banqueiros, agro-exportadores etc.

### Salário mínimo do governo X mínimo do Dieese

É comum, sobretudo em períodos de negociação sobre o valor do salário mínimo, algumas correntes de esquerda defenderem o piso calculado pelo Dieese que, para o mês de dezembro, valeria R\$ 1.607,11. De acordo com este órgão, este valor seria o do *salário mínimo necessário*, isto é, de um salário capaz de atender às necessidades básicas do trabalhador e de sua família com habitação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e alimentação.

Embora o cálculo de R\$1.607,11 esteja abaixo do valor real necessário, demonstra como o piso do governo é de fome. O salário mínimo necessário do Dieese é 4,6 vezes maior que o salário mínimo governamental. Outro exemplo: para adquirir a cesta básica de R\$ 573,90 mencionados seria necessário um tempo de trabalho mensal de 420h51m, isto é, uma média de 19 horas por dia, considerando 22 dias de trabalho por mês.

### Piso do Dieese não atende as necessidades dos trabalhadores

O cálculo do Dieese leva em conta principalmente os gastos com uma alimentação bem restrita. Ou seja, considera o valor da Cesta Básica Nacional para chegar ao Custo Familiar de Alimentação. Este custo, segundo outro levantamento (Pesquisa de Orçamento Familiar), representa 35,71% das despesas das famílias de baixa renda, o restante das despesas (64,29%) seria com outros itens (vestuário, transporte, habitação etc.). Assim, o valor do salário mínimo necessário tem de permitir que se retire dele 35,71% com alimentação e ainda sobrem 64,29% para outras despesas.

O cálculo da cesta básica é individual, considera um adulto. Também varia por região, levando em conta 16 capitais do país. Como Cesta Básica Nacional se considera o maior valor dentre as capitais. Para se chegar ao Custo Familiar de Alimentação, multiplica-se esse valor da cesta nacional por 3 pessoas (2 adultos e 2 crianças que, por hipótese, juntas, consomem o mesmo que 1 adulto). Exemplo: a cesta básica de valor mais alto em dezembro de 2005 foi a de Porto Alegre, de R\$ 191,30. O Custo Familiar de Alimentação (R\$ 191,30 X 3) que corresponde a R\$ 573,90. Esse valor equivale a 35,71% do salário mínimo necessário calculado para dezembro de 2005.

Para chegar a esse valor, no entanto, o Dieese usa uma Tabela de Provisões Mínimas estipuladas pelo Decreto Lei nº 399, que é de 1938. Nessa tabela, há a quantidade e variedade de alimentos para uma pessoa (que depois, como vimos, é multiplicado por 3 pessoas) e que varia por região. Abaixo mencionamos uma parte dos dados dessa tabela, com os alimentos da cesta normal média para todo o território nacional (média das várias regiões).

Tabela (parcial) de provisões mínimas estipuladas pelo Decreto Lei nº 399 (de 1938)

ALIMENTOS	PARA 1 ADULTO	PARA A FAMÍLIA
Carne	6,0 quilos	18,0 quilos
Leite	15,0 litros	45,0 litros
Feijão	4,5 quilos	13,5 quilos
Arroz	3,0 quilos	9,0 quilos
Farinha	1,5 quilo	4,5 quilos
Batata	6,0 quilos	18,0 quilos
Legumes (Tomate)	9,0 quilos	27,0 quilos
Pão Francês	6,0 quilos	18,0 quilos
Café em pó	600 gramas	1,8 quilo
Frutas (Banana)	90 unidades	270 unidades
Açúcar	3,0 quilos	9,0 quilos
Banha / Óleo	1,5 quilo	4,5 quilos
Manteiga	900 gramas	2,7 quilos

Como se vê, a cesta básica do Dieese é composta de uma relação muito pequena de alimentos. A família não pode, por exemplo, comer ovos. E, quanto a frutas, só pode comer bananas. Trata-se de um cálculo mínimo de calorias, proteínas etc. para o trabalhador se manter e se reproduzir.

### A importância do salário mínimo vital

O POR tem insistido em defender o salário mínimo vital. Esse deverá ser calculado pelos trabalhadores, mas para materializar nossa reivindicação, defendemos o valor de R\$ 2.500,00, utilizando os seguintes dados:

Alimentação	812,75
Habitação	588,00
Transporte	340,50
Saúde	204,50
Educação	224,75
Vestuário	196,75
Artigos de residência	70,25
Despesas Pessoais	62,50
<b>TOTAL</b>	<b>2.500,00</b>

O salário mínimo vital é o que necessita uma família trabalhadora para satisfazer todas as necessidades de alimentação (carne, leite, ovos, verduras, frutas, cereais etc.), habitação (aluguel, água, luz, gás), vestuário (roupas e sapatos), transporte (coletivos para ida ao trabalho, à escola e outros afazeres), saúde (remédios e produtos de higiene), educação (materiais escolares, jornais, livros e revistas) etc. É calculado de acordo com o aumento do custo de vida, isto é, de acordo com a soma dos preços das mercadorias necessárias para uma família de 4 pessoas viver.

Defender o salário mínimo vital é defender a vida das massas oprimidas e exploradas. A diminuição de seu valor significa defender a superexploração do trabalho.

Sempre que apresentamos um valor como esse, nossos críticos dizem que não somos realistas. Mas, quem deve dizer quanto os trabalhadores precisam ganhar? Quem deve calcular o salário mínimo, os patrões e o governo? Não. Certamente quem deve calcular o salário mínimo são os trabalhadores. O governo e os capitalistas argumentam que um salário mínimo vital é impossível de ser atendido porque a economia não comporta. Respondemos: a classe operária, os camponeses pobres e demais explorados não defendem a economia capitalista, mas sim a existência de quem trabalha e produz.

O POR defende uma campanha nacional de luta pelo salário mínimo vital em todos os setores! Que as assembleias o discutam e deliberem como reivindicação! E que se organize a mobilização nacional como meio de conquistá-lo!

## MANIFESTO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO (POR) - CE

# Aos trabalhadores e à juventude oprimida

O Partido Operário Revolucionário (POR) realizou em Fortaleza, no período de 7 a 10 de janeiro de 2006, debate sobre a *Conjuntura Nacional e Internacional*, sua *Conferência Regional* e uma *Formação Política* com militantes, contatos e simpatizantes das idéias e da luta revolucionária.

As discussões se deram sob a base da discussão coletiva, da crítica e da autocrítica, da avaliação da conjuntura do Ceará, do país e do mundo, da construção e desenvolvimento do programa revolucionário e da luta de classes. A formação política se deu em torno de textos sobre *marxismo e tática revolucionária*, e a posição das correntes frente ao Governo do PT/Lula. Sintetizamos adiante as principais conclusões da nossa Conferência.

### **Governos do PT gerenciam os interesses do capital e impõem privações aos oprimidos!**

Essas atividades ocorrem num momento importante da situação nacional, marcada pelas denúncias de corrupção nas entranhas no Governo Lula e sua submissão ao capital nacional e ao imperialismo, ataques à vida dos oprimidos, disputa acirrada dos partidos burgueses no seio do parlamento apodrecido, pelo processo de burocratização e estatização da CUT e dos sindicatos, colocados a serviço da conciliação de classes e da sustentação política do governo, do ataque da CPI da Terra contra o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), tratando a luta dos camponeses pobres e as ocupações como crimes contra a propriedade privada e, em meio a tudo isso, pela tendência de retomada da luta pelos trabalhadores, juventude e demais explorados.

As promessas do reformismo do PT (e seu satélite PCdoB) com sua aliança com partidos burgueses (PL, PTB etc.) de democratizar o Estado burguês, afastar a influência das históricas oligarquias do governo, de realizar uma reforma agrária pacífica e sem traumas, atender às reivindicações da classe trabalhadora e da juventude, de facilitar o acesso das massas às decisões estatais, de combater a violência reacionária do latifúndio contra os camponeses pobres se mostraram completamente falsas.

O Governo de Lula/PT, em unidade com a excrescência de partidos burgueses, não só aprofundou a política econômica pró-imperialista de FHC (superávit fiscal de quase 5% do PIB para pagar juros da dívida com credores externos, juros altos, salários de fome), como impôs a *Reforma da Previdência*, comprada com o esquema do *mensalão*, restringindo direitos e acesso aos benefícios, *Reforma Educacional* (auxílio aos empresários do Ensino), como acena com a *Reforma Sindical e Trabalhista* para reforçar o poder das burocracias vendidas e flexibilizar direitos sociais. Eis o governo democrático e popular do PT e aliados burgueses!

### **Em Fortaleza, Luizianne (PT) sucumbe ao empresariado, volta as costas para os trabalhadores e estudantes e faz governo de coexistência pacífica com Lúcio Alcântara (PSDB)!**

Em meio à falência do reformismo petista, Luizianne chegou à Prefeitura com a proposta de construir uma "Fortaleza Bela", gerenciar com honestidade os recursos municipais, efetivar a surrada proposta de orçamento participativo e implementar os reclamos dos servidores municipais e da juventude. Em pouco mais de um ano de administração, a Prefeitura do PT não tem feito mais que gerenciar os negócios da burguesia local, dos empresários de ônibus, tentando impor o *Pass-Card* ou Vale Transporte Eletrônico, em substituição ao vale-transporte em papel.

Além disso, a administração petista tem se calado e mantido uma relação de coexistência pacífica, sem críticas, diante da política do Governo de Lúcio Alcântara, que, seguindo a política anterior de Tasso Jereissati, coloca os recursos estaduais a serviço do empresariado, mantém as escolas e as universidades estaduais em estado de penúria, corta recursos para a educação, mantém milhares de professores em situação instável através dos contratos temporários, além das denúncias de inúmeras obras sem licitações realizadas pelo PSDB e de claro financiamento das empresas, que lucram e exploram inúmeros trabalhadores.

O mais grave é que Luizianne não esboçou qualquer resistência à privatização do BEC pelo Governo Federal! A Conferência do POR apóia a luta do funcionalismo municipal, estadual e federal, contra os ataques dos governos Federal, Estadual e Municipal, chamando à organização de um plano de lutas e mobilização, através das assembleias, manifestações e da ação direta para derrubar as políticas neoliberais contra as condições de vida e trabalho das massas! A Conferência denuncia a falência do reformismo petista que, ao contrário de supostamente humanizar o capital, tem gerenciado o capitalismo em crise e submetido os trabalhadores, a juventude e o campesinato às maiores privações.

### **A posição das Correntes Frente ao Governo Lula! POR defende a CONLUTE como FRAÇÃO REVOLUCIONÁRIA NA CUT!**

A Conferência discutiu a posição das correntes políticas diante do Governo Lula/PT e da tendência da luta de classe em nosso país. A discussão dos textos sobre *Marxismo e a Tática Revolucionária* serviu para reforçar nossas convicções sobre a justeza de nossas posições e bandeiras de luta frente à corrupção e ataques dos Governos à vida dos trabalhadores e os erros da virada ultra-esquerdista do PSTU. Até a eleição de Lula, o PSTU nutria simpatias pela Frente Popular, chegando a integrá-la em 1994 e a apoiar a eleição de Lula no 2º Turno das eleições presidenciais de 2002. A capitulação do PSTU à eleição de Lula se deu mesmo com o advento da *Carta aos Brasileiros*, em que o PT assumia claramente compromissos com o capital nacional e o imperialismo. Diante da ameaça das Reformas Sindical e Trabalhista e do aprofundamento da burocratização da CUT e UNE, o PSTU surge com a bandeira da cisão com a CUT/UNE e formação da CONLUTAS e CONLUTE.

O POR defendeu e defende o não rompimento com a CUT e UNE, bem como a transformação da CONLUTAS numa *fração revolucionária no interior da CUT para derrubar a burocracia, defender as reivindicações das massas e barrar as investidas do Governo e do capital contra a vida dos trabalhadores*. O PSTU não responde à nossa posição porque sabe que sua proposta não corresponde à tendência real das massas de romper com a CUT e formar uma nova central. Trata-se, em verdade, de uma virada ultra-esquerdista, a dividir os trabalhadores, entregando-os definitivamente ao controle da burocracia apodrecida! O ultra-esquerdismo se caracteriza por ser uma política idealista, afastada das tendências das massas e do desenvolvimento da luta de classes. O POR intervirá até o CONGRESSO NACIONAL DA CONLUTAS com a bandeira de convertê-la em FRAÇÃO REVOLUCIONÁRIA no interior da CUT!

### **As tarefas do Movimento dos Trabalhadores, da Juventude e dos explorados!**

· Nenhum apoio ao Governo de PT/Lula! O PT não cumpriu, nem cumprirá, as promessas eleitorais de reforma agrária, 10 milhões de emprego e fim da fome!

· Tribunais Populares para julgar o Governo e punir a burguesia pelos seus crimes de classe!

· Pela CONLUTAS como FRAÇÃO REVOLUCIONÁRIA NO INTERIOR DA CUT! Nada de dividir os trabalhadores! EXPULSAR A BUROCRACIA DOS SINDICATOS E ORGANIZAÇÕES ESTUDANTIS já!

· Defesa do método da ação direta para a conquista das reivindicações (greves, manifestações, ocupações, bloqueios e etc.)!

· Rechaçar as Reformas Neoliberais (Previdência, Sindical, Trabalhista e do Ensino)!

· Sepultar o capitalismo apodrecido com a defesa da Revolução Proletária (Governo Operário e Camponês)!

· Viva a construção do Partido Operário Revolucionário!

## Manifesto da Conferência Regional do POR-RN

Foi realizada nos dias 12, 13, 14 a Conferência do Partido Operário Revolucionário no RN que teve como objetivo discutir acerca da importância estratégica do Partido Revolucionário, a sua intervenção tática no seio das massas e o chamado às consignas concretas para a organização da luta revolucionária.

De 12 a 14 aconteceu a escola de quadros com base no folheto "Textos sobre a tática revolucionária" quando foram discutidos os textos de Leon Trotsky *Teses sobre a tática* e a *Revolução espanhola*.

Estes serviram para aprofundar os conceitos de tática e estratégia do partido revolucionário na fase do capitalismo imperialista e mostram que para edificação de uma sociedade sem explorados nem exploradores é necessária a implementação da tática correta que conquiste a maioria oprimida. Que o sectarismo (atuação distante das massas) retarda a nossa estratégia.

O texto da revolução espanhola mostrou que o proletariado tende para a unidade de ação e que a tarefa do partido é impulsionar os seus organismos de massas e desenvolver a tática de frente única.

Essas idéias principais serviram para reafirmar a nossa caracterização frente ao governo Lula/PT de que era uma farsa a tese de democratizar o Estado, distribuição de renda, eliminação de privilégio dos parlamentares, etc.

O PT apenas expôs a podridão do Estado burguês. A corrupção não é algo inédito no parlamento. A oposição burguesa utiliza as denúncias como campanha para desmoralizar o governo, mas que já utilizaram e utilizam os mesmos métodos de corrupção. O que porém não é de hoje, pois, mesmo antes de ser governo, os sindicatos já faziam acordos de flexibilização do trabalho, combatiam as greves para atender a seu projeto "democrático e popular", que era a chegada ao governo.

O governo Lula logo mostrou que são inviáveis as reformas prometidas no plano lulista. O POR reafirma que a crise do PT

não é de corrupção, mas de impossibilidade em resolver os problemas do capitalismo pela via eleitoral. O que está em crise é a política reformista.

A Conferência reafirmou nossa posição frente à Conlutas de que esta deve ser uma frente de luta e contra o divisionismo no movimento, combatendo assim, a posição aventureira do PSTU.

Entendemos também como necessária a avaliação das forças políticas do nosso Estado, que tem sua vida política dominada pelas oligarquias (Alves/Maias/PFL/PMDB) e que as massas sempre estiveram alijadas do poder político. O PT no RN não conseguiu canalizar os anseios das massas para seu projeto democratizante. Com a crise econômica de 2002, os desejos de mudanças foram captados pela atual governadora Vilma de Faria (PSB). Um governo que de todos os ângulos expressa os interesses das mesmas oligarquias (Maias/Alves).

O governo Vilma, aliado com o PT, aplicou as reformas neoliberais (reforma da previdência, arrocho salarial, destruição dos serviços públicos) contra os trabalhadores. Os governos municipais, mesmo os da oposição burguesa, aplicam as mesmas políticas.

Diante dessa aliança do PT e PSB, é necessário que o partido atue inserido nas bases combatendo a política reformista e de conciliação, conformando oposições às atuais direções sindicais do PT/PCdoB.

Por fim, a Conferência do RN conclui fazendo um chamado aos camponeses, operários e toda juventude oprimida à tarefa histórica de construção do Partido Operário Revolucionário, tarefa essa que se inicia na atuação conjunta contra todo tipo de opressão e na defesa da unidade de todos os explorados.

**Viva a Classe Trabalhadora!**

**Morte à Burguesia!**

**Viva a Revolução Proletária!**

### Ceará

## Rechaçar a avaliação desempenho do governo estadual

A gratificação por desempenho para o servidor estadual é mais um instrumento de ataque do governo Lúcio/PSDB e BID, contra o funcionalismo público estadual. Essa medida tem como objetivo central cortar gastos com a folha de pagamento dos servidores e, ao mesmo tempo, preparar as condições para a demissão de uma parcela dos funcionários públicos.

Os principais aspectos são os seguintes: a) O governo daria uma gratificação de 40% sobre o salário-base do servidor; b) esta não será incorporada ao salário; c) não pode ser contabilizado para aposentadoria; d) só poderá ser concedida a 60% dos servidores de cada secretaria; e) discute-se até mesmo a possibilidade de demissão do servidor que tiver desempenho ruim e sucessivo na avaliação.

Como podemos ver, o governo Lúcio procura atrair a categoria para o 'canto de sereia' da avaliação desempenho com a promessa de gratificação de 40%. Os funcionários terão de se submeter a uma avaliação em parte individual (que eram, entre outros critérios, a pontualidade, assiduidade entre outros) e em parte coletiva (metas para escolas, secretarias) na qual ainda 40%

do funcionalismo ficariam de fora! Enquanto isso, o mesmo governo Lúcio acena com reajuste salarial entre 3,5 e 5% para este ano. O salário base do professorado tem diminuído ano a ano; o de nível universitário é hoje de R\$ 337, portanto menos que o novo salário mínimo aprovado (R\$ 350). A categoria, por isso, deve rechaçar a farsa da Avaliação Desempenho e defender Plano de Cargos e Carreira e reposição imediata de todas as perdas com a inflação (que no caso dos servidores estaduais passa de 70%). Se o governo tem dinheiro em caixa, que reajuste os salários! Além disso, cria os mecanismos legais para demitir os servidores, pois, para o governo, não basta mais só esmagar as condições de vida dos servidores; é necessário demiti-los. Aqueles que não seguem a cartilha dos chefes (diretores) e as reformas pró-imperialistas ficariam portanto na alça de mira do governo.

A Corrente Proletária na Educação/POR compreende que é preciso se contrapor aos planos dos governos (avaliação desempenho), defendendo a fundo as reivindicações salariais e colocando a necessidade de estruturar uma fração revolucionária no magistério para derrotar o governo do PSDB.

Publicamos abaixo o boletim da Corrente Proletária dos Servidores Públicos do Ceará

- \* **Lutar nas ruas para barrar demissões e impor nossas reivindicações;**
- \* **Prefeitura não cumpre e nem cumprirá promessas de campanha**

**TODO APOIO À LUTA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS!**

**NENHUMA ILUSÃO NAS PROMESSAS DA PREFEITURA DO PT!**

Nem bem completou um ano de mandato, a atual administração municipal de **Luizianne Lins (PT)** acena com ameaças de demissão e imposição do Passe-Card, agora sob o nome de Vale-Transporte Eletrônico. A "**Fortaleza Bela**" na verdade tem se mostrado falsa para os trabalhadores e um paraíso para os empresários.

Os trabalhadores, estudantes e a maioria oprimida da cidade continuam com suas vidas sacrificadas, explorados de toda forma, recebendo salários de fome, sem atendimento das necessidades mais elementares como saúde, moradia, alimentação, transporte e educação pública de qualidade.

Por outro lado, os lucros dos empresários, como os donos das empresas de ônibus, têm aumentado a custa de maior sacrifício dos trabalhadores e juventude.

## **Fortaleza-CE**

# **Prefeita Luizianne Lins aplica em Fortaleza mesma política neoliberal de Lula/FMI**

Neste início do ano, a Sefin (secretaria de finanças) de Fortaleza divulgou o resultado final da arrecadação do município em 2005. A prefeitura do PT obteve uma arrecadação recorde cerca de R\$ 1,7 bilhão. Mas, como já demonstrou o modo petista de governar de Luizianne, igual às demais experiências petistas em outras capitais e no governo federal, mais dinheiro em caixa não significa melhores condições de vida para os trabalhadores e servidores municipais e sim pagamento em dia para o empresariado.

Em arrecadação própria com impostos municipais (ISS, IPTU) a prefeitura conseguiu cerca de 376,5 milhões em 2005, 13,23% a mais que no ano passado. A arrecadação com o IPTU em 2005 foi de R\$ 6,2 milhões, enquanto que em dezembro de 2004 haviam sido pagos R\$ 3,6 milhões, aumento de 58%! Com o ISSQN (imposto sobre serviço) foram arrecadados R\$ 175,4 milhões, de janeiro a dezembro de 2005, um aumento de 14,04% sobre a arrecadação do mesmo imposto no ano de 2004 (R\$ 153,8 milhões). Ao mesmo tempo em que a prefeitura teve arrecadação recorde diminuíram os investimentos em 71% em relação ao governo Juraci. Em 2003, foram inves-

**LUTAR NAS RUAS PARA BARRAR DEMISSÕES E IMPOR NOSSAS REIVINDICAÇÕES!**

A administração de Luizianne (PT), a exemplo do Governo Lula, não cumpre e nem cumprirá as promessas eleitoreiras da campanha. Ao contrário, apenas continuará gerenciando os negócios comuns dos capitalistas locais. Para tanto, tenta abafar a disposição de mobilização e luta dos trabalhadores e da juventude com promessas a quem das reais necessidades dos servidores públicos.

Os trabalhadores e a juventude oprimida só conseguirão impor suas reivindicações com mobilização nas ruas, com seus próprios métodos de luta!

·**Nenhuma ilusão na Prefeitura do PTI**

·**Todo apoio à luta dos Servidores Públicos Municipais para impor suas reivindicações vitais e barrar demissões e o vale-transporte eletrônico!**

·**Destruir o capitalismo, que sacrifica os trabalhadores e a juventude!**

tidos R\$ 144,6 milhões; em 2004, R\$ 166,7 milhões e, no ano passado, apenas R\$ 49,8 milhões. Os petistas afirmam que isso se deve às dívidas deixadas por Juraci, que somam R\$ 248 milhões, mas o fato é que a prefeitura pagou já 158 milhões em dívidas e tem ainda um superávit de 266,5 milhões, o que fez a oposição burguesa na Câmara denunciar que a prefeita pretende acumular esses recursos para gastar em ano eleitoral.

O fato é que a prefeitura reproduz a política do governo Lula de arrocho salarial sofre o funcionalismo (foram apenas 10% de reajuste ano passado e possivelmente menos que isso esse ano). Centenas de servidores públicos municipais vivem com apenas um salário mínimo! Para a manutenção dos contratos milionários com o empresariado, a Prefeitura tem dinheiro em dia, já para os trabalhadores pede paciência, diz que não há dinheiro, que as dívidas são muitas etc. O POR denuncia a farsa da gestão petista que aplica o receituário neoliberal de ser conivente com as privatizações (BEC), manter salários de fome, cortar investimentos, tudo para manter superávit fiscal, e pagar em dia o empresariado.

**Adquira com o distribuir deste jornal: Textos sobre a Tática - Marx, Lenin e Trotsky**

Este material serviu de base para a Escola de Quadros realizada em nossas conferências regionais

**CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO**

## Unir na luta as correntes de oposição ao governo Lula/PT

O movimento estudantil (ME) na UFRN encontra-se em uma situação muito difícil. Dominado pela juventude do PCdoB (UJS), o DCE ficou paralisado durante um ano sem encaminhar a luta. Apoiador do governo Lula (PT), o PCdoB impediu a resistência estudantil contra as reformas neoliberais, como a universitária.

A UJS foi afastada do DCE pelos estudantes apartidários devido a sua política oficialista, atreladora de entidades e fraudulenta. Apesar disso, tiveram uma grande votação, o que prova sua força política na UFRN. Somando seus votos com o grupo que saiu de suas entranhas, a UJS e os ex tiveram metade dos votos nas eleições.

Os estudantes apartidários geralmente são iniciadores do M.E. que, ao não entenderem as disputas políticas entre os partidos, grupos ou correntes políticas, acabam concluindo que são os partidos políticos que fomentam a divisão no M.E. Os estudantes apartidários estão agora à frente do DCE. A Corrente Proletária discorda da postura política destes estudantes mas está disposta a realizar uma frente de luta unida com estes colegas na oposição às políticas neoliberais do governo Lula (PT) e seus realizadores na UFRN (a burocracia universitária).

Foi a política oficialistas do PCdoB que atrelou o DCE ao Estado burguês, freando as lutas, como também a política divisionista do PSTU, que fortaleceu as tendências direitistas dos estudantes. O

Publicamos abaixo trechos do boletim da Corrente Proletária estudantil distribuído aos ingressantes de 2006 na USP

## A você que está entrando na USP:

### Privilégio ou direito?

O ensino superior público e gratuito, ao que você ingressa agora, não é um privilégio. É um direito democrático, que é negado à maioria da população. A predominância do ensino privado, a existência dos vestibulares e a política privatista e destruidora do ensino público dos governos são as causas dessa exclusão massiva: 97% da população não atingem o ensino superior, e, dos que atingem, 70% estão nas vagas das faculdades particulares. No caso do Estado de São Paulo, essa exclusão é ainda maior: das vagas existentes, mais de 90% estão nas faculdades privadas. A população assalariada que sustenta a universidade com os impostos fica sem o direito à educação superior. Os capitalistas da educação (donos de faculdades e de cursinhos) é que levam todas as vantagens: mercado em expansão, subsídios estatais etc. A mercantilização da educação, sua transformação em mercadoria, leva necessariamente a que se submeta à dinâmica capitalista. Ou o capital se reproduz e se acumula, com o crescimento do ensino privado, ou se desvaloriza. É impossível a convivência harmônica entre ensino público e privado. Muitos batem no peito e gritam que defendem o ensino público. Mas, na prática, se vê que não são capazes de enfrentar o ensino privado. Uns choramingam que é preciso mais verbas. Outros, que a luta pela estatização é muito difícil. Enquanto o movimento estudantil não estabelecer como objetivo a estatização da rede privada do ensino sob controle de quem trabalha e estuda, não haverá a possibilidade de acesso a todos em todos os níveis. É o fim do ensino pago que permitirá o livre acesso, vagas para todos e ensino público e gratuito universal.

### Quem manda na universidade

As políticas dos governos para a universidade correspondem às necessidades dos capitalistas, e são colocadas em prática por uma camada privilegiada dos professores, que administra desde os departamentos até o Conselho Universitário, passando pelas

problema não são os partidos mas as políticas que desenvolvem, no caso, a política estalinista e a sectária (PSTU).

A política do PSTU seguiu seu interesse em dividir a UNE e construir a Conlute como uma nova entidade estudantil. Neste sentido, negou-se a realizar atividades de base, como em História, não desenvolvendo nenhuma atividade de luta ou oposição sistemática aos CA's imobilistas. A política aparelhista do PSTU prega a filiação de entidades (CA, DCE, DA, etc) à Conlute, opondo-se à formação de frações opositoras de luta nos cursos. Frente à direção passada do DCE, desenvolveu uma política sectária e divisionista. Ao invés de unir os opositoras para encaminhar a luta, a Conlute só serve para disputar entidades. Por isso que nas eleições do DCE amargou uma tremenda derrota.

A Corrente Proletária chamou debates, estudos de formação marxista, organizou a resistência ao Enade em História, tentou concretizar uma frente de luta unida com os grupos de oposição etc. Neste ano vamos continuar com estas atividades. Ao mesmo tempo, entendemos que é a hora dos grupos de oposição unirem-se na luta junto com a direção atual do DCE para pôr abaixo as medidas neoliberais de sucateamento e mercantilização do ensino superior público brasileiro implementado pelo governo Lula (PT/PCdoB/PL).

congregações, comissões, pró-reitorias etc. A essa casta de docentes chamamos burocracia universitária. Ela é o instrumento que garante, no interior da universidade, que o governo e o poder econômico continuem mandando. Como expressa um setor minoritário, tanto dentro da universidade como na sociedade, para garantir seus interesses tem de agir de forma antidemocrática, arbitrária, autoritária. Aí está porque a falta de democracia na universidade tem tudo a ver com nossas vidas acadêmicas: enquanto a burocracia universitária manda, ela aplica medidas contrárias aos interesses dos estudantes, funcionários e da maioria dos professores. A escolha do(a) reitor(a) da USP, que se realizou recentemente, ainda segue métodos semelhantes aos da hierarquia da Igreja: somente os organismos burocráticos, direta ou indiretamente indicados em sua maioria pelo próprio reitor, votam. E montam uma lista de 3 nomes, que finalmente é submetida ao governador do Estado. Ninguém mais dá palpite. Os grupos burocráticos se organizam e negociam suas fatias do orçamento da universidade. Os que estudam e trabalham são marginalizados dessa escolha. A burocracia se perpetua no poder e se reproduz, com as raízes dessa no interior de cada departamento. A maioria das correntes do movimento estudantil renuncia à luta pela destruição da burocracia universitária. Mendigam o aumento da participação de estudantes e funcionários nos organismos burocráticos existentes, preservando o poder da casta instrumento dos capitalistas. A satisfação das reivindicações estudantis depende da derrota da burocracia universitária. E a vitória dos que estudam e trabalham não virá com blá-blá-blá, mas com a mobilização e a organização da assembléia geral universitária, onde os que estudam e trabalham discutem, propõem e decidem suas ações e as põem em prática. É através dela que se constrói a verdadeira democracia universitária e, principalmente, a real autonomia universitária diante dos governos e do poder econômico.

## Rondônia

# Defender as condições de vida dos trabalhadores da educação pressupõe defender as condições de vida de todos os trabalhadores

Boletim da Corrente Proletária da Educação - 08/02/2006

As aulas iniciaram e os trabalhadores em educação se depararam com os problemas de sempre: salas de aulas superlotadas, escolas sucateadas, escassez de recursos para a educação e os salários defasados em relação ao poder de compra possíveis de atender as necessidades vitais imediatas, correspondentes ao sustento da família.

O governo federal, os estaduais e municipais, agem de forma organizada para garantir o corte de gastos com os serviços públicos que muito tem atingido a educação. Esses cortes fazem parte do cumprimento dos acordos firmados com os organismos internacionais colaboradores dos países imperialistas como a UNESCO, a UNICEF, a ONU, o FMI/Banco Mundial etc., assumidos pelo governo PT/Lula e seguido pelos demais governos dos estados e municípios. Com tais acordos, os governos descarregam sobre as maiorias oprimidas todo tipo de exploração, altas tarifas dos transportes coletivos, cesta básica cara e que não comporta as necessidades nutricionais das famílias, altos impostos, arrocho salarial e cortes de verbas para aplicação nos serviços públicos, principalmente da educação e saúde.

No Estado de Rondônia não poderia ser diferente. O governo Cassol/PPS, em reunião com seu secretariado no último dia 31 de janeiro, para discutir metas para 2006, teve como principal ponto de pauta a redução de gastos. Nessa redução se enfatiza que os cortes serão referentes aos gastos com diárias, telefones, serviços e custeio. Significa dizer que os trabalhadores em educação devem se preparar para enfrentar os ataques de Cassol e sua camarilha.

A Corrente Proletária da Educação se coloca contra todos os ataques que os governos e capitalistas despejam sobre os trabalhadores, para atender aos interesses indicados pelo projeto neoliberal imposto pelos países de economia capitalista adiantada como os Estados Unidos, que desde os anos 90 vem se intensificando nos países semicoloniais como o Brasil. Defende que esta assembléia deve dizer não ao percentual de migalhas, que o governo Cassol quer nos empurrar goela adentro, tentando nos matar de fome. Defende ainda que os próprios filiados devem fazer os seus cálculos de acordo com suas necessi-

dades e apresentarem os percentuais que correspondam ao salário mínimo vital para ser apreciado pela plenária e ser aprovado por ela através do voto.

### **Ação Direta dos Trabalhadores da Educação para Impor Suas Reivindicações Sobre os Seus Algozes**

Nós da Corrente Proletária da Educação defendemos reposição imediata de todas as perdas salariais dos trabalhadores em educação; redução das horas de trabalho, com tempo suficiente para dedicar às leituras e planejamento, sem redução de salário; defendemos que todos os trabalhadores não recebam menos que um salário mínimo vital, para o sustento de uma família com no máximo quatro pessoas requer um valor acima de R\$ 2.000,00 e que o aumento desse salário acompanhe o aumento da inflação, para não impor a fome sobre a mesa dos trabalhadores; defendemos que a escola deve estar vinculada à produção social – condição que se choca com os interesses dos capitalistas pelo fato de exigir que o sistema produtivo esteja aberto para a juventude não como condição de exploração da sua força de trabalho, mas como uma extensão da escola, que para potencializar a competência científica, necessita vincular teoria e prática; defendemos ainda, emprego escola e lazer para toda juventude, que a juventude se ocupe com no máximo quatro horas nos postos de trabalho e o restante do tempo dedicado ao lazer, estudo e repouso; somos contrários à reforma da educação, pelo fato de destruir o ensino público em todos os níveis, impedindo o acesso das maiorias oprimidas à educação pública e gratuita e que, no Estado de Rondônia, o governo tem avançado em sua reforma, cortando paulatinamente o ensino fundamental de 1ª à 4ª série nas escolas da capital, atendendo a essa imposição da reforma; defendemos enfim, dentre outras reivindicações, que, se o governo, por meio de greves, paralisações, mobilizações diversas não nos atender, que ocupemos setores, como o gabinete do governador, do secretário da educação etc., só desocupando quando as reivindicações dos trabalhadores em educação sejam atendidas.

## Combater o desemprego: escala móvel das horas de trabalho

# Desemprego avança na educação do Estado de S. Paulo

Em outubro do ano passado, São Paulo viveu a luta dos professores da rede estadual, cujo centro foi a resistência ao desemprego. Diante da atitude do governo Alckmin (PSDB), de lançar um projeto de lei (PLC 26) que permitia a demissão de milhares de funcionários públicos e a contratação de uma parcela deles de maneira precária, os professores reagiram. Ao longo do mês, as principais avenidas da cidade foram ocupadas, levando o governo a um recuo tático.

O Partido Operário Revolucionário (POR), durante essa luta, denunciou aos trabalhadores da educação que o desemprego e a precarização da relação e das condições de trabalho são fruto de uma política mais ampla dos governos (municipais, estaduais e federal) de redução de recursos à educação. Alertou que o recuo do governo Alckmin não daria nenhuma segurança à classe, que era preciso manter a mobilização, porque o governo recorreria a outros mecanismos para atingir seus objetivos. Dito e feito. Na área da educação, 2006 começa marcado pelo desemprego.

O processo de atribuição de aulas para os professores gerou, na Grande São Paulo, cerca de 10 mil desempregados. Muitos desses têm mais de 10 anos de trabalho. Dos que conseguiram manter o vínculo, uma boa parcela ficou apenas com um mínimo de aulas; não chega a ter um cargo; está subempregada. Os professores desempregados que vierem a conseguir aulas após o dia 13/02 esperarão, no mínimo, 3 meses para receberem o salário.

A falta de aulas, de maneira mais imediata, explica-se pelo grande fechamento de salas de aulas nas escolas das mais diferentes regiões do estado. Isso ocorre porque o governo estabelece um número mínimo de alunos por sala (45 alunos). Assim, de um lado, há a superlotação das salas e, conseqüentemente, a existência de salas vazias; de outro lado, há a dispensa de professores.

Além disso, o governo impõe a farsa dos projetos que retiram os alunos do ensino regular. Trata-se sobretudo do ensino à distância e do exame de eliminação de matérias, que não exigem nem a presença do aluno nem a do professor nas escolas. O referido exame, no início deste ano, contou com 335 mil inscritos. A Escola da Juventude (ensino médio de fim de semana, que só conta com um monitor, estagiário superexplorado), em 2005, teve 19 mil alunos e, para 2006, tem, no mínimo, 11 mil inscritos. Sem contar as telessalas.

### DESEMPREGO, REDUÇÃO DE VERBAS E CRISE DO CAPITALISMO

Tanto o fechamento de salas como os projetos de expulsão dos alunos do ensino regular explicam a falta de aulas e, portanto, o desemprego. A principal questão é o corte de recursos aos serviços sociais. Do contrário, o governo incentivaria todos a freqüentarem a escola, dividiria o contingente de alunos matriculados nas escolas pelo número de salas (mesmo que ficassem 15 ou menos alunos por sala) e dividiria o número de aulas existentes de cada disciplina pelo número de professores nelas habilitados.

Não é, no entanto, apenas no setor público que o desemprego se apresenta. Em 2005, o desemprego, no Brasil, atingiu diversos setores. Na agricultura, 57.088 trabalhadores foram demitidos; na indústria, 44.815 e na construção civil, 3.516. No setor calçadista, somente em Franca (interior de São Paulo, maior pólo do setor), foram fechados 4,5 mil postos de trabalho. Nas indústrias automobilísticas, o ano também começa com desemprego. A General Motors de São Caetano do Sul (São Paulo) quer demitir 6,2 mil trabalhadores ligados à produção e 3,4 mil da área administrativa (de São Caetano e São José dos Campos). A matriz da Volkswagen anunciou que quer cortar 20 mil vagas em até três anos, numa primeira etapa 13.300 postos de trabalho serão fechados. Está aí por que dizemos que o desemprego não é um problema de uma categoria profissional, mas do conjunto dos trabalhadores. O que implica a luta também de forma coletiva e unitária.

Da mesma forma que ocorre no serviço público, o objetivo dos patrões das empresas capitalistas é cortar gastos. E isso ocorre porque o capitalismo encontra-se em uma profunda crise, está num estágio de decomposição. Um dos aspectos dessa crise é que, para garantir seus lucros os capitalistas não podem empregar mais, têm de aumentar a produção sugando as energias dos trabalhadores por meio de jornadas exaustivas e baixos salários.

Diante disso, muitos perguntam: os capitalistas não deveriam pagar mais e empregarem mais para todos comprarem o que é produzido? Sobre isso Lênin nos explica que, se a produção no capitalismo tivesse por objetivo a satisfação das necessidades e não o lucro, então o capitalismo não seria capitalismo.

A redução de verbas por parte do Estado responde ao problema da crise do capitalismo. Conforme aprofunda a crise, os governos a descarregam sobre os postos de trabalho, demitindo e eliminando direitos. A resposta dos trabalhadores só pode ser por meio da luta.

### A BUROCRACIA SINDICAL NÃO LUTA CONTRA O DESEMPREGO

A redução de recursos por parte do Estado, bem como por parte dos patrões, que resulta em desemprego, vem se acirrando no Brasil, nos últimos 10 anos. Mas, a CUT não tem organizado a luta dos trabalhadores, muito menos investido num movimento unificado e pautado pela ação direta. Com o governo de FHC, negociou a Reforma da Previdência, reajustes salariais miseráveis, dentre outros. Agora, passou a integrar o governo Lula e através do aparelho sindical (central e sindicatos que dirige) contém a luta dos trabalhadores, iludindo-os com migalhas.

Em São Paulo, na Educação, a burocracia da APEOESP, também é conivente com a política de corte de gastos do PSDB, que gera o desemprego. Agora, diante do desemprego dos mais de 10 mil professores, o que fez essa burocracia sindical? Primeiro, ignorou o problema do desemprego. Depois, conforme o POR e outros setores de oposição buscavam organizar os professores para reagirem através da luta, fingiu estar agindo,

pelos meios burocráticos (agendando reuniões com a Secretaria da Educação, enviando documento com reivindicações da categoria etc.), como sempre faz. Mas não deu nenhum passo no sentido de organizar a resistência coletiva da classe.

O problema é que a luta pelo emprego consiste na luta pela própria sobrevivência do trabalhador. Negar-se a organizá-la é o mesmo que defender que os trabalhadores morram à míngua. A burocracia sindical está preocupada com a sua sobrevivência e para que ela sobreviva a luta de massa tem de ser contida, mesmo que essa luta seja pela sobrevivência dos trabalhadores.

Os setores de oposição, que compõem a diretoria da APEOESP, por sua vez, também não respondem à necessidade da luta contra o desemprego. A Oposição Alternativa não se empenhou na mobilização dos professores para aderirem a manifestação marcada em 10/02. Dessa forma, manifesta mais uma vez traços burocráticos.

Por outro lado, os professores desempregados não compareceram em massa à manifestação. A maioria ainda está iludida com a possibilidade de “aparecerem aulas” e a direção sindical reforça essa ilusão. Esse nível de consciência coloca a tarefa de derrotar a política do governo de desemprego e destruição da escola pública com a da luta contra a burocracia sindical. Daí a importância do fortalecimento da frações revolucionárias nos sindicatos.

### **Levantar a bandeira da escala móvel das horas de trabalho para que haja emprego a todos**

A defesa do emprego é a defesa da sobrevivência. O trabalhador não pode abrir mão dela, a menos que abra mão de sua vida e a de sua família.

Na Educação, temos dito que a defesa do emprego está ligada à defesa: da estabilidade de todos os professores contratados (OFA's e eventuais); da reabertura de salas e escolas fechadas para gerar mais aulas; da diminuição de alunos por sala, para compor as turmas das escolas e salas reabertas; dentre outras medidas. Na verdade, é preciso alertar que estas bandeiras contra o desemprego nada adiantarão sem uma bandeira mais ampla: ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO.

Em que consiste a **escala móvel das horas de trabalho**? De maneira geral consiste em dividir todas as vagas / cargos aos trabalhadores aptos para o trabalho. No caso da educação, significa dividir todas as aulas existentes de cada disciplina pelos professores habilitados, mantendo o salário de uma jornada, independente do número de aulas que ele tenha. Muitos dirão que isso é impossível, pois o governo não faria isso, já que alguns professores ganhariam um salário de uma jornada para dar poucas aulas. Sobre isso, Trotsky afirma: “(...) Se o capitalismo é incapaz de satisfazer as reivindicações que surgem infalivelmente dos males que ele mesmo criou, só lhe resta perecer. A ‘possibilidade’ ou ‘impossibilidade’ de realizar as reivindicações é, no caso presente, uma questão de relação de forças que não pode ser resolvida senão pela luta. (...)”. (Programa de Transição).

## **A revolta da tarifa no Paraná: Criminalização do movimento social**

Bastaram poucos dias de protestos (de 9 a 13 de janeiro de 2006) perto do terminal urbano contra o aumento da tarifa de ônibus urbanos em Londrina, para que a Prefeitura, os donos dos ônibus e o judiciário mostrassem claramente que não vão tolerar a livre manifestação da juventude e os trabalhadores contra o acintoso ataque ao bolso da população usuária do transporte coletivo.

Em poucas horas, um juiz declarou, mediante liminar, proibidas manifestações que fechassem o terminal ou as garagens, e impôs pesadas multas a integrantes do movimento caso ocorram fechamentos.

O juiz não se importou nem um pouco com as falsidades da petição da empresa que pediu a liminar. A empresa não demonstrou, na sua denúncia, a existência de qualquer “perigo” contra a integridade dos usuários ou do patrimônio – os próprios policiais declararam que o movimento era o mais pacífico até então registrado. E não se importou porque para a justiça burguesa não há necessidade. A liminar não objetiva preservar a integridade de pessoas ou do patrimônio, mas coibir o movimento social de se manifestar e se ampliar.

O funcionamento da justiça burguesa serve à preservação da propriedade privada capitalista. Por isso precisa impedir a ampliação do movimento que levará ao questionamento da legitimidade de um grupinho de empresários se enriquecer sem medida, às custas dos trabalhadores da cidade. Este é o perigo que eles sim precisam evitar.

É por esse motivo que consideram a livre manifestação das pessoas – supostamente garantidas pela Constituição burguesa – como se fosse um crime.

Esta decisão, e outras que poderão vir, pretende obrigar o movimento a limitar suas ações em marcos cada vez mais restritos, até liquidar toda rebeldia. Querem principalmente inibir as formas de ação direta que são as que caracterizam a luta das massas oprimidas: passeatas, fechamento de ruas, ocupações, piquetes, etc.

A “reclamação” feita pela imprensa e pela polícia dos jovens que aparecem nas manifestações com o rosto coberto, acusando-os de que “esconderiam” alguma coisa, tem a finalidade de caracterizá-los implicitamente como bandidos. Falseiam uma medida de proteção que qualquer jovem de periferia do país entenderia como óbvia. Ou alguém tem ilusões quanto à truculência com que seriam atacados pelos policiais nos seus bairros estando sozinhos? Esses procedimentos intimidatórios fazem parte da rotina das forças repressivas, assim como a ação de fotografar acintosamente os manifestantes feita pelo comandante da operação.

O movimento tem que responder intensificando sua organização e ampliando a base social de modo a tornar inócua a tentativa de criminalizar as manifestações e as outras formas de ação direta. A burguesia e seu Estado (polícia, juízes, prefeitura) considerarão sempre criminoso o questionamento que se faça ao seu “direito” de explorar o povo trabalhador. Os explorados e oprimidos, pelo contrário, consideram criminoso a propriedade privada dos meios de produção (os ônibus) e têm não só o direito, mas o dever de se organizar utilizando todos os meios para acabar com ela.

## **A direção do sindicato (Articulação/PT) tenta esconder a realidade para defender o governo do PT/Lula**

Os jornais burgueses, a televisão e a própria Tribuna Metalúrgica, todos os dias, estão dando notícias de que a economia tem crescido e que o número do desemprego tem caído. Nós dizemos: o crescimento econômico tem beneficiado apenas os capitalistas (patrões). Os banqueiros nunca ganharam tanto dinheiro como agora. Os latifundiários da agroindústria aumentaram suas exportações e concentram uma quantidade cada vez maior de riqueza. Os empresários da indústria automobilística batem recordes de vendas e de lucros. Por outro lado, a classe operária e demais oprimidos estão sendo cada vez mais penalizados com o desemprego e a miséria. O problema que temos de considerar e, ao mesmo tempo, combater, é que nos últimos anos o desemprego tem aumentado cada vez mais em todos os setores da economia. Em 1994, existiam 3,5 milhões de desempregados no país; hoje já são mais de 12 milhões de desempregados. Isso porque as pesquisas que são feitas pelo governo não levam em conta os trabalhadores que estão desempregados há mais de dois anos, e também um milhão de jovens que completam dezoito anos todos os anos e não conseguem entrar no mercado de trabalho.

A Tribuna Metalúrgica do dia 10 de fevereiro, por exemplo, trouxe uma matéria que dizia: *“as montadoras do ABC movimentaram 42% a mais em vendas para o exterior em relação a 2004”*. Em

seguida, a matéria afirma: *“O crescimento das exportações certamente foi uma das causas que está provocando a queda do desemprego no ABC”*.

Não há dúvidas que as montadoras bateram recorde de vendas. Em 2005, as empresas dobraram seu faturamento, exportaram R\$ 17,3 bilhões contra R\$ 8,4 bilhões em 2004. A pergunta que fazemos é: **Quantos empregos foram criados nas montadoras com esse crescimento de 100% nas exportações de veículos?** A Volks contratou alguém? Não. Só têm saído trabalhadores. Em 2001, na Volks, existiam 16 mil trabalhadores; hoje, existem menos de 12 mil trabalhadores. Houve uma redução de 4 mil postos de trabalho em apenas 5 anos. Houve 4 mil contratações nas fábricas do ABC? Não. A redução de postos de trabalho está acontecendo em todas as fábricas. Isso mostra que as empresas estão conseguindo produzir cada vez mais com menos trabalhadores. Esta é a realidade. E a realidade mostra que devemos combater as demissões. O grande problema é que a direção do sindicato (chapa um), tenta esconder esta realidade para defender o governo PT/Lula. A direção do sindicato tenta mostrar que está tudo às mil maravilhas, quando na verdade a realidade é outra. O pior é que como a direção do sindicato se tornou um braço do governo não organiza os trabalhadores para combater o desemprego.

### **Flagelo do capitalismo:**

## **Montadoras anunciam demissões no mundo todo**

Nos Estados Unidos, a Mercedes anunciou a demissão de 14,5 mil trabalhadores; a Ford, a demissão de 30 mil; e a GM, de mais 30 mil.

No Brasil: A GM anunciou que pretende eliminar 3,4 mil postos de trabalho, 2900 na fábrica de São Caetano e 500 na de São José dos Campos.

Como vemos, as exportações aumentam, os capitalistas lucram cada vez mais e todos os anos a ameaça é a mesma: demissão de mais trabalhadores. Essa é a contradição do modo de produção capitalista. Essa contradição existe porque os meios de produção (fábricas, máquinas, terras), estão nas mãos da burguesia (patrões). Com o desenvolvimento tecnológico dos meios de produção (automação das linhas de produção, robotização), os capitalistas conseguiram, no decorrer dos anos, produzir mais com menos trabalhadores. O problema é que ao substituir a mão-de-obra humana por máquinas, a burguesia condena um número cada vez maior de trabalhadores ao desemprego e à miséria. Se, por um lado, a capacidade produtiva aumenta, por outro, os consumidores se tornam cada vez mais difíceis. Diante da disputa por um mercado cada vez mais restrito, o que os capitalistas fazem? Tentam de todas as for-

mas reduzirem seus custos impondo a chamada reestruturação produtiva que, na prática, significa: demissão, terceirização, redução de salários, contratos temporários, salários diferenciados e todos os tipos de flexibilização de direitos. Isso mostra que o crescimento econômico tão exaltado pela burguesia significa na verdade desemprego e uma maior exploração da força de trabalho.

Diante dessa contradição a tarefa que está colocada ao proletariado (maioria explorada), é a de destruir a propriedade privada dos meios de produção. Enquanto existir propriedade privada existirá desemprego e miséria. Somente com a destruição da propriedade privada as forças produtivas poderão se desenvolver livremente, permitindo assim que haja emprego a todos os trabalhadores.

Contra a conversa mole de que crescimento dos lucros patronais melhora a vida dos trabalhadores, é preciso lutar duramente em defesa da vida dos explorados: nada de aceitar o desemprego! Temos é que exigir a divisão de todas as horas de trabalho disponível entre todos os trabalhadores aptos a trabalhar, sem redução de salários, de modo que ninguém fique sem emprego. Isso é a ESCALA MÓVEL DE HORAS DE TRABALHO.

**Nesta edição:**

- Partido Operário Boliviano prepara-se para enfrentar o governo de traição do MAS
- Bolívia: Erradicação do analfabetismo: incompreensão ou mentira?
- Palestina: uma derrota das posições pró-imperialistas

**Artigos do Cerqui**  
**Comitê de Enlace**  
**pela Reconstrução**  
**da IV Internacional**



**Partido Operário Boliviano prepara-se para enfrentar o governo de traição do MAS**



O Congresso do POR boliviano, realizado no dia 28 de janeiro, em La Paz, refletiu a intensa necessidade do partido se organizar no seio do proletariado. Seu programa e sua linha têm se mostrado uma fortaleza. Os acontecimentos da luta de classe confirmam a correção da política revolucionária do POR, cuja militância se educa na mais severa crítica e autocrítica. Sob essa prática marxista, militante, os delegados de todo país discutiram a falha do partido não ter recuperado posições chaves no seio do proletariado, berço de fundação do POR. As Teses de Pulacayo, aprovadas num Congresso nacional dos mineiros, em 1946, expressam as raízes proletárias do partido e mantêm sua vigência.

A Bolívia tem vivido levantes de massa, mas com predominância da política reformista e eleitoreira do MAS, de Evo Morales, que se apóia nos camponeses pobres. É necessário que o proletariado, com sua política de classe de destruição do capitalismo, conquiste a direção das massas camponesas, artesãos e semiproletárias. Essa é a tarefa histórica do POR, sem a qual não será possível a revolução social.

O caudilho Evo e sua organização MAS já indicaram o caminho da traição que vão trilhar. O congresso do POR prevê que logo se chocará com as necessidades dos camponeses e dos explorados em geral. Sob a base dessa experiência, a tarefa do POR é a de organizar-se na fração mais avançada do proletariado e trazer os camponeses para o campo da revolução proletária.

O POR do Brasil esteve presente no Congresso e saúda as resoluções aprovadas. O CC toma por deliberação editar um folheto contendo os documentos do Congresso, para que se possa divulgar entre a vanguarda e estudá-lo. O fortalecimento do POR boliviano é uma condição para a reconstrução da IV Internacional. É necessário que as organizações do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional assimilem a teoria e o programa do POR boliviano. As Obras Completas de Guillermo Lora constituem uma valiosa fonte do marxismo internacionalista, marxista-leninista-trotskista.

Reproduzimos abaixo um texto publicado no Masas boliviano, que sintetiza resoluções do Congresso do POR:

Extratos do documento aprovado pelo Congresso do Partido Operário Revolucionário. 28-29 de janeiro de 2006

## **A liderança operária tornará revolucionária a luta camponesa**

I. O marxismo ensina que a forma em que os homens produzem sua vida social determina suas idéias, suas aspirações, sua conduta. É a base econômica estrutural da sociedade que determina toda sua superestrutura. Há duas formas básicas de propriedade dos meios de produção: 1) a que a propriedade privada pertence a uma pessoa ou a uma empresa (assim é o capitalismo opressor); 2) a que parte da propriedade social, os meios de produção pertencem a toda a sociedade, não são propriedade privada de nenhuma das pessoas em particular (assim é o socialismo-comunismo que libertará os explorados).

Que a cúpula do MAS se abraça pública e ostentadamente com os k'aras (imperialismo e burguesia nacional), mostra que se dedicará a perpetuar a escravidão dos nativos e o prolongamento do Estado colonial da Bolívia.

### **II . CONSEQÜÊNCIAS DA PEQUENA PROPRIEDADE**

A massa camponesa está assentada na pequena propriedade privada da terra, causa de sua miséria extrema. Sabe que o causador de sua desgraça é o latifundiário de traços feudais ou o agroindustrial que explora as terras. As massas indígenas bolivianas são além disso, nacionalidades submetidas. De maneira constante oscilam entre a burguesia (grande propriedade) que conclui submetendo-as e o proletariado, única classe que pode emancipá-las. É por isso que a Ditadura do Proletariado será um verdadeiro Governo Operário-Camponês. A fazenda coletiva permitirá ao camponesato diluir-se na sociedade sem classes, sem propriedade privada e sem Estado opressor.

A pequena propriedade, geradora da miséria extrema camponesa, se converte em alavanca que impulsiona muitos caudilhos camponeses a se transformarem por qualquer preço em politiquieiros com sua bolsa cheia de dinheiro e seguir o caminho assinalado pela burguesia. A imprensa, os comentaristas e os supostos intelectuais atribuem o que dizem e fazem os burocratas corruptos às massas camponesas que somente agem e não discutem, não escrevem, não chegam ao Parlamento, não conhecem o carreirismo; se distinguem por seu silêncio.

### **III. O QUE É O M.A.S.**

Evo Morais é um camponês dirigente de sindicatos de cocaleiros do Chaparre. O sindicalismo camponês é uma organização de pequenos proprietários privados de meios de produção. Constitui um grave erro confundir os sindicatos proletários com os camponeses. Evo Morais é expressão genuína dos dirigentes camponeses burocratizados. Em seu início, era ativista da ação direta de massas. Quando ingressou ao Parlamento descobriu que era mais conveniente se declarar democrata, inimigo da violência e partidário do uso do legalismo, da via parlamentar etc. para resolver pacificamente os problemas do país. Foi preparando o terreno para que os opressores lhe abrissem suas portas, compreendessem que era seu cooperador, com capacidade para manejar e domesticar as massas. Suas manobras lhe deram bons resultados. Converteu-se em Presidente Cons-

titucional da República com o apoio de uma votação massiva.

Seu maior erro: acreditar que as massas famintas e oprimidas permanecerão com os braços cruzados e em silêncio, suportando que a burguesia e o imperialismo lhes chupem seu suor e seu sangue.

Começou anunciando que ele e o M.A.S. desenvolveriam um "Capitalismo Andino" sem os vícios do atual que já agoniza. A derrocada do capitalismo burguês é um processo que nenhum Evo poderá evitar que caia na barbárie. Não aparecerá outro capitalismo poderoso e eterno, mas sim será substituído pelo comunismo, sem oprimidos nem explorados.

### **IV. OS OBJETIVOS DO CAMPONESATO**

Não poucas vezes e largamente as massas camponesas, às vezes à margem de seus líderes tradicionais, combateram admiravelmente ao lado do proletariado. Daqui alguns tiram a conclusão equivocada de que a classe operária e as nacionalidades camponesas são a mesma coisa, que buscam os mesmos objetivos. É importante demonstrar que não é assim. A raiz dessa questão está em que o campesinato é pequeno proprietário privado e só ocasionalmente vende sua força de trabalho pelo salário. São esses fatores os que determinam sua conduta e até suas ambições. Não há que esquecer que luta para defender sua pequena propriedade privada, utilizando todos os meios e em algumas oportunidades por preservá-la.

Como nacionalidade, como etnia, os camponeses estão empenhados em conservar seus costumes milenares mediante a democracia direta que praticam cotidianamente. Autogovernam-se. Neste terreno se chocam com os costumes e com as medidas governamentais da classe dominante. A experiência boliviana é importante neste terreno. Camponeses e operários se soldaram em um bloco único quando se tratou de acabar com o gamonalismo, mas quando se tratou do destino que se devia dar às terras arrancadas dos grandes fazendeiros, se colocou imediatamente a contradição entre os camponeses que se aferram à divisão em pequena propriedade da terra e os operários que buscavam a fazenda coletiva mecanizada a fim de que os nativos pudessem superar sua miséria extrema.

O M.A.S. não é um partido de camponeses comunários ou de pequenos proprietários famintos, é uma quadrilha de pequenos burgueses desesperados para se converter em milionários. Por isso não têm programa, nem clareza na exposição de seus propósitos, é um refúgio de oportunistas que traficam com a política.

### **V. A ESSÊNCIA DA POLÍTICA ATUAL DO MAS**

O M.A.S. fechou os ouvidos os objetivos maiores da luta camponesa, chamados a transformar a sociedade atual:

1.-A recuperação de toda a terra que as classes governantes lhes roubaram ao longo dos séculos.

2.-Efetivação da autodeterminação nacional. Que as nações nativas possam se organizar em Estados soberanos se o desejarem.

3.- Exercitar e aperfeiçoar a democracia direta que inclusive agora se pratica nas comunidades.

É preciso reiterar que é a base econômica estrutural da sociedade, no caso que tratamos a grande propriedade privada, a que configura todos os fenômenos superestruturais: seu ordenamento jurídico, sua Constituição, a natureza dos poderes estatais etc. Na sociedade capitalista, seu governo tem de ser obrigatoriamente burguês, ainda que seus componentes venham de uma tribo, de um Ayllu, de um acampamento mineiro etc. As leis vigentes obrigam o índio, o camponês, o operário, o diplomado da classe média, a governar para defender a sociedade burguesa e todos os brotos que nascem da grande propriedade capitalista.

#### **VI. A FACE ATUAL DO M.A.S.**

Na atualidade, a mencionada organização nascida no seio dos cocaleiros, da mesma forma que seu líder de casacas, já não são camponeses, isso se partimos das idéias que manejam cotidianamente. Foram penetrados por quadrilhas de aventureiros e traficantes da classe média, por carreristas e impostores, usando como canal para sua invasão nada menos que Evo Morales, que dedica muito empenho em aparecer como o instrumento eficaz a serviço dos politíqueiros poderosos e dos representantes do grande capital, tanto internacional como nacional. A experiência histórica nos ensina que estas quadrilhas de espertalhões têm vida precária, desaparecem sem deixar a menor pista, quando se vejam enfrentadas com dificuldades descomunais, com as massas altamente politizadas, radicalizadas, com obstáculos de algum tamanho.

## **Bolívia: Erradicação do analfabetismo: incompreensão ou mentira?**

O governo do MAS reivindica, e Evo Morales ratificou em seu discurso de posse que, em cinco anos, erradicará o analfabetismo com a ajuda de técnicos cubanos e venezuelanos. Para os novos governantes, este gravíssimo problema do país pode ser resolvido simplesmente com uma decisão firme do Estado e com a sabedoria dos técnicos estrangeiros.

A Educação é um fenômeno superestrutural que, em última instância, reflete as condições materiais de existência dos povos; da maneira como produzem e como distribuem o resultado dessa produção.

Na Bolívia, sobrevivem formas de produção pré-capitalistas na imensidão geográfica nacional, onde se encontram imersas mais de 60 % da população. A penetração do imperialismo só desenvolveu os setores da economia extrativa (minerais e petróleo); introduziu a ciência e a tecnologia na produção e, através desse setor da economia, o país foi incorporado à economia mundial.

O maior índice de analfabetismo está precisamente no campo e, sobretudo no setor feminino, fato que denuncia que também existe a discriminação de sexo no campo. Esta situação só se explica pela forma como vivem e produzem os homens e mulheres do campo, em meio ao atraso, não é necessário o alfabeto. Assim como a pequena parcela individual não permite a utilização da máquina na produção, tampouco chegam ao campo os benefícios da ciência e da cultura. A esta lamentável situ-

O único que permanece é o que fazem as massas que encarnam as leis da história.

#### **VII. REVOLUÇÃO SOCIAL E DITADURA DO PROLETARIADO PARA LIBERTAR AS MAIORIAS NACIONAIS E QUE O PAÍS RECUPERE SUA SOBERANIA ANULADA PELO IMPERIALISMO OPRESSOR**

A pequena propriedade dos meios de produção prende seus possuidores à sociedade capitalista, à classe social dominante e lhes obriga a suportar a miséria e a exploração. Não se trata de arrancar dos oprimidos sua pequena propriedade. O que se busca é sepultar a grande propriedade burguesa para substituí-la pela social.

#### **VIII. URGÊNCIA DE FORTALECER O PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO E NÃO ESQUECER O GIGANTESCO TRABALHO QUE REALIZOU**

O P.O.R. é o único partido que utilizou o materialismo histórico para revelar as leis do desenvolvimento e de transformação qualitativa da Bolívia, conquistou penetrar no seio das massas, o que permitiu que a minoria operária se converta na direção das massas oprimidas e exploradas.

Os militantes têm de conhecer as particularidades de todas as classes e nacionalidades; devem organizar células de operários, porque dessa maneira compreenderão devidamente o marxismo.

(extraído do Masas boliviano no. 1980)

ação se soma o fato de que as línguas nativas são ágrafas (sem alfabeto), fato que contribui para que não exista nenhuma necessidade de se ler ou escrever, como parte da tradição, nas nacionalidades nativas existentes.

Tudo o que afirmamos pode ser confirmado pela experiência já vivida: as organizações internacionais gastaram imensas quantidades de dinheiro no passado para alfabetizar no país; ao cabo de alguns anos, constatamos que os que foram alfabetizados esqueceram a leitura e a escrita (analfabetismo funcional) porque nunca mais necessitaram interpretar o papel escrito.

Nem a vontade dos governantes nem a sabedoria dos técnicos estrangeiros poderão superar este lastro que sobrevive no país. Só será uma realidade a necessidade do alfabeto quando a ciência, a tecnologia e todos os elementos da cultura penetrem no campo. Para lograr este objetivo é preciso desenvolver as forças produtivas a um nível superior e semelhante, tarefa que já não será comprida no marco do capitalismo com governos nacionalistas e reformistas como o do MAS, mas pelo proletariado, única classe capaz de acabar com a causa das penúrias da sociedade, a propriedade privada, e transformá-la em propriedade social (de todos).

(Extraído do jornal "Masas" boliviano nº 1980, de 4 de Janeiro de 2006)

## Palestina: uma derrota das posições pró-imperialistas

Em janeiro, mais de 1,3 milhão de palestinos (77,7% dos eleitores) participaram das eleições para o Parlamento. Duas organizações políticas disputaram a maioria do parlamento: o Fatah (que significa Vitória), representando a situação, que está no poder há 40 anos, e que defende os acordos de "paz" com Israel, ditados pelos Estados Unidos, a criação do Estado árabe-palestino e o reconhecimento do Estado de Israel; e o Hamas, que prega a resistência palestina nos territórios ocupados e o fim do Estado de Israel.

O Hamas ganhou autoridade perante as massas oprimidas por lutar de armas nas mãos pela expulsão dos israelenses e pelo fim da intromissão do imperialismo. Ao contrário, o Fatah se desmoralizou por ceder às pressões do governo norte-americano e israelense. O dinheiro vindo dos cofres do imperialismo para manter a Autoridade Palestina serviu para corromper toda a cúpula do Fatah. Os palestinos deram a vitória ao Hamas em apoio à resistência antiimperialista. A remoção dos arrivistas e vendidos do governo é tida como um meio para combater mais decisivamente a opressão de Israel sobre a Palestina.

### Hamas ganha força entre as massas

A história do Fatah ou Al-Fatah (Vitória) se confunde com a trajetória política da Organização de Libertação da Palestina (OLP), fundada em 1964, e, conseqüentemente, com os conflitos existentes entre palestinos e israelenses, ou seja, a ocupação de territórios na região da Palestina. O Fatah foi fundado em 1959, por intelectuais de classe média e congrega nacionalistas, socialistas (stalinistas) e liberais; que defendiam a emancipação da Palestina, criação de um Estado árabe-palestino em toda a Palestina histórica e a derrota de Israel.

A partir de 1969, suas posições se alteram. Passa a defender a criação de um Estado para judeus, muçulmanos e cristãos na Palestina, a ser alcançado por etapas. Em 1974, abandona a luta armada e, em 1988, anuncia a disposição de aceitar a existência do Estado de Israel e um Estado palestino independente nos territórios ocupados.

Tendo abandonado sua bandeira de fundação contra a opressão de Israel, optando pela conciliação diplomática, com a mediação da ONU e dos Estados Unidos, o Fatah aumentou o descontentamento de uma parcela expressiva de palestinos, que passaram a desconfiar das decisões políticas da OLP, representado por Yasser Arafat. Neste contexto de desconfiança surge, em 1987, o Hamas. Criado após a primeira Intifada (revolta armada de palestinos contra a ocupação israelense), passou a ser a principal organização islâmica presente nos territórios ocupados.

O Hamas, apesar de utilizar formas terroristas (homens-bombas), enraizou-se na resistência antiimperialista das massas e é visto por grande parte da população palestina como



uma força de luta para defendê-las contra o expansionismo colonialista do Estado de Israel. Expressa o nacionalismo burguês em choque com a opressão imperialista. A campanha dos Estados Unidos contra o terrorismo do Hamas não fez senão aumentar o ódio dos palestinos, que sofrem com a ocupação militar de Israel e suportam a prepotência da poderosa máquina do Estado judeu.

### Significado das Eleições

As eleições mostraram um tremendo descontentamento das massas com o governo do Fatah, que foi derrotado nas urnas mesmo com apoio maciço do poder econômico. Revelam que a revolta das massas palestinas oprimidas transborda no apoio eleitoral ao nacionalismo do Hamas, ratificando suas ações contra a opressão israelense. Ressalta a ausência de um partido revolucionário e principalmente da IV Internacional, que poderiam dar à revolta palestina uma perspectiva revolucionária, para pôr fim à opressão nacional e social.

O imperialismo e sua marionete, a ONU, sentiram um golpe da nação oprimida ao seu plano de fortalecer o governo de Fatah que, se ganhasse as eleições, recrudesceria a ação contra-revolucionária de desarmar o Hamas e demais grupos. As ameaças de suspensão do financiamento do governo palestino feitas pelos Estados Unidos e Europa constituíram as primeiras pressões para exigir do Hamas a continuidade da política do Fatah. O imperialismo necessita, assim, de um governo laica para amortecer a luta da nação oprimida.

A vitória antiimperialista do Hamas depende de armar o povo palestino. A rebelião da nação oprimida palestina contra o domínio israelense e norte-americano não pode ir a frente e conquistar a vitória com apenas o armamento do Hamas e de forças militares governamentais. O fato da Autoridade Palestina depender do financiamento dos próprios opressores é uma contradição, que poderá liquidar a vitória do Hamas, caso não se arme toda a população.